

ATA DA 23ª. REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2012.

Aos doze dias do mês de setembro de dois mil e doze, às nove horas e trinta minutos, realizou-se a Vigésima Terceira Reunião Ordinária do CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA, no auditório da PRODESAN sito à Pça. Dos Expedicionários, nº 10, Gonzaga, Santos/SP, com a seguinte Ordem do Dia: 1 – Leitura, discussão e aprovação da Ata da 22ª reunião; 2 - Comunicados da Secretaria; 3 – Posse dos novos conselheiros; 4 – Eleição do presidente, vice-presidente e câmaras técnicas; 5 – Apresentação - Minuta de Projeto de Lei Complementar que Institui o Plano Macroviário da Área Continental do Município de Santos, por Eliana Mattar/SEPLAN e Alexandre Rezende/SEMAM; 6 – Apresentação sobre o Município Verde Azul, pelo Secretário de Meio Ambiente Flávio Rodrigues Corrêa; 7 – Escolha de representante da sociedade civil do COMDEMA para o Comitê ODM; 8 – Assuntos Gerais. Não compareceram à reunião os seguintes representantes: SIEDI, SECULT, SECID, FATEC, CREA, SOROPT. PRAIA. Justificaram a ausência: ASSOCIAÇÃO COMERCIAL. O Secretário de Meio Ambiente, Sr. Flávio Rodrigues Corrêa, deu início à reunião desejando um bom dia a todos e explicou o motivo de estar presidindo a reunião, que nesta data haveria a posse dos conselheiros e eleição do presidente. Passou ao 1º item da pauta que receberá uma ressalva sobre a conselheira da SMS que esteve presente. A leitura foi dispensada e a ata foi aprovada por unanimidade. O Secretário ressaltou a presença do Secretário de Planejamento Bechara, a ausência do conselheiro da Associação Comercial por estar hospitalizado e de seu suplente, Marcio Calves que compareceu, mas justificou sua saída por ter outro compromisso na Defesa Civil com 6 prefeitos da região. Passou ao 2º. item, Comunicados da Secretaria, entre eles: um ofício da APA Marinha para inclusão de item no plano de Resíduos Sólidos e ofícios enviados por vereadores, sobre Audiência Pública, poda de árvore e questões para o COMDEMA. Passando ao 3º. Item, o Secretário pediu desculpas pelo adiamento da reunião, devido à demora de indicação de algumas instituições e leu os nomes dos Conselheiros no Decreto nº 6209 de 10 de setembro do corrente ano. No 4º item, eleição do presidente, vice e câmaras técnicas, o Secretário lembrou que a tradição é manter como presidente um representante da sociedade civil e no cargo de vice, um representante do poder público. Sr. Jaime colocou que considera interessante a continuidade dos trabalhos do presidente João Guedes e da vice-presidente Lígia Dutra. O secretário perguntou se podia considerá-los reeleitos por aclamação e todos concordaram, com aplausos. Para a eleição das câmaras, o Secretário pediu que Sr. João Guedes passasse a dirigir os trabalhos. Este agradeceu emocionado e leu os nomes dos antigos integrantes das câmaras. Solicitou que os atuais conselheiros se articulassem e escolhessem qual das 5 gostariam de integrar e ressaltou que faria um levantamento neste momento e a definição na próxima reunião. Eis: Qualidade Ambiental: Cintia – UNIMONTE, Alexandre Rezende – SEMAM, Lígia – SEDES, Paulo – SAÚDE, Yedda – SEPORT, Ovanir – Sindicato dos Engenheiros, Ademar Salgosa – AEAS; Gerenciamento Costeiro: Júlio César – SEPORT, Marcos Bandini – Defesa Civil, Mariângela – UNIMONTE, Ademar Salgosa – AEAS, Greicilene – SEPLAN; Legislação Ambiental: Ana Paula – COHAB, Yedda – SEPORT, Nívia – UNIMES, Alexandre Rezende – SEMAM, Lígia – SEDES, Alex – OAB; Políticas e Desenvolvimento Sustentado: Marli – PRODESAN, Alessandro Zuffo. – SEAS, Alex – OAB, Ovanir – Sindicato dos Engenheiros, Jaime – SOS Orquidário; Educação Ambiental e Comunicação: Moretti – UNILUS, Nívia – UNIMES, Valéria – SEDUC, Paula – FMO, Jaime – SOS Orquidário, Lígia – SETUR, Isabel – MAF. Dando continuidade, apresentou os palestrantes Eliana Mattar/SEPLAN e Alexandre Rezende/SEMAM. O Secretário Bechara parabenizou o presidente e a vice-presidente reeleitos e explicou que esta minuta – vide índice - tem como base objetivos do novo plano diretor, aprovado em julho de 2011, que teve 61 reuniões e audiências públicas, inclusive na área continental, na qual a APA constitui 90% de seu território. Está em estudo o plano de mobilidade de toda a cidade, modal rodoviário, ferroviário, ciclovário e hidrovário. Mas é necessário que na Área Continental instituem o Plano Macroviário porque há empreendimentos que já existem e estão em fase de licenciamento e, por este motivo, o poder público precisa se antecipar, para garantia da acessibilidade e preservação desta área e não ficar a mercê das propostas apresentadas pelos empreendimentos. Com a instituição do plano macroviário, os procedimentos de regularização fundiária poderão ser alavancados, beneficiando a população residente na área continental, com corredores de fauna e flora entre os bairros e é preciso conectá-los com mais segurança, pois atualmente as pessoas precisam se locomover pela rodovia. O Secretário agradeceu, despediu-se e foi aplaudido. O Sr. Alexandre se apresentou

como assessor técnico e deixou claro que se trata de uma minuta, uma proposta. Mostrou que o traçado do plano macroviário utilizará áreas já descaracterizadas, como as de trilhas, caminhos de transporte agrícola. Iniciou por Caruara e mostrou que a maior parte do traçado é paralela à rodovia com distância de 40m, exceto espaços já existentes. Propõem conexão com Iriri que aproveitará caminhos existentes com acesso para veículos. Na área superior não há, mas a área está descaracterizada. O Bairro do Iriri será ligado ao Bairro do Cabuçu, e Caetê com a área de 7 Lagoas, agrícola. Explicou que a vegetação nativa está impactada, com dificuldade de regeneração. Pela rodovia chega-se à Trindade, área com problema de drenagem, alagamento que desenvolveu gramíneas, taboas. Daí para o bairro Guarapá, onde se pretende implantar o Parque Tecnológico, pretendem utilizar uma pequena estrada. Cálculo da SEPLAN verificou que há como fazer transposição nas áreas com elevação sem grandes intervenções. Para conectar com a Fazenda Diana, há trecho com estrada antiga e outro com piquetes para os búfalos, paralelo à faixa de manutenção da PETROBRAS, também impactada. Daí a Monte Cabrão, passa pela pedreira Santa Tereza e comunidade tradicional. Há um antigo pátio de contêineres e da CET, de onde parte outro trecho pela rodovia. Há um trecho de manguezal com proposta de sobreposição ou supressão. Disse que o impacto ambiental é mínimo, os terrenos têm capacidade de suporte e que ainda passará por licenciamentos, medidas mitigatórias e compensatórias e consideração da importância social. Quanto à fauna, baseados em estudos internacionais, não se preocuparam em criar corredores, pois se torna um atrativo a carnívoros. Os existentes são suficientes, assim como os cursos d'água. Sr. Jaime arguiu a respeito da fiscalização. Respondeu que já ocorre com muita ênfase pela SEMAM, Secretaria de Obras, Polícia Ambiental, Guarda Municipal, IBAMA. Qualquer ocupação estranha já é detectada, não existem mais invasões como no passado. Sra. Eliana explicou que nas zonas urbanas, conforme a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Área Continental, é permitido o uso residencial, garantindo que as pessoas que trabalhem e/ou morem próximo possam se fixar, mas não invasões. Quanto ao fornecimento de água, Sr. Alexandre explicou que foi instalada estação da SABESP e é obrigatória a fossa séptica. O Poço Verde fornece para o Caruara. Iriri; Cabuçu e Caetê captam de nascentes, que até 1m³ é permitida por lei estadual. Trindade não tem ocupação significativa. Para Monte Cabrão vem por Jurubatuba. Sr. Marco Aurélio perguntou se já foi previsto acesso para o Vale do Quilombo. Ele respondeu que sim, será considerado separadamente, por enquanto não há propostas e que estão verificando a drenagem. Se esta minuta for aprovada, a Lei poderá ser complementada posteriormente, explicou Sra. Eliana. Sr. Marco Aurélio também perguntou sobre trecho do Guarapá com recurso do FEHIDRO, que no mapa aparece mais para cima do que foi estudado. Sr. Alexandre explicou que foram a campo, analisaram fotos aéreas e mostrou trechos marginais e vias internas, atualmente, piquetes para búfalos. Sra. Lígia/SEDES perguntou se já foi feito o levantamento, se são áreas públicas ou particulares. Respondeu que ainda não, mas há os dois. Será preciso regularização e melhoria. Sr. Jaime perguntou se só 10% pode ser ocupado. Disse que depende da zona. Na zona urbana depende do projeto e da intervenção, não há regra fixa. Sr. Marco Aurélio arguiu sobre Monte Cabrão, em relação ao inquérito do Ministério Público e regularização fundiária. Sr. Alexandre disse que pode ser apresentada, mas não estão incluindo esta área. Uma proposta é fazer a conexão com a rodovia. Explicou que não estão propondo qualquer tipo de alteração, está congelada, mesmo porque é APA. Sra. Lígia comentou que entende a preocupação do Sr. Marco Aurélio, pois a melhoria no acesso pode fomentar novas ocupações e preocupações para a SEMAM e Polícia, a Prefeitura precisa estar preparada. Sr. Alexandre comentou que as denúncias são da década de 90, não existem mais situações de alguém chegar com motosserra e desmatar, há policiamento uma, duas vezes por semana. Há fiscalização das forças tarefas, da equipe de obras, em especial Sr. Tibério, e também da SEMAM e Polícia Ambiental. Sr. Marco Aurélio explicou que estava seguindo a mesma linha de raciocínio da Sra. Lígia, disse que é preciso justificar ao Ministério Público que foi melhorado o acesso, mas também foram feitas melhorias e ações preventivas. Sr. Alexandre disse que em 10 anos houve ocupações isoladas, de 124 para 135 famílias, 2 bosqueamentos, não foram desmatamentos completos, ele considera pouco e que a ação dos agentes públicos está eficiente. Sra. Eliana explicou que o município possui Plano Viário desde 1951 e até mesmo aberturas de vias anteriores, datadas de 1800 e pouco e nem todas estão implementadas. Esta minuta, sendo aprovada, estabelece que o macroviário seja implantado conforme o traçado proposto, - mas não que estará implantado imediatamente. Desta forma, se e qualquer empreendedor quiser construir, terá que observar as diretrizes desta lei, já que na aprovação de qualquer empreendimento é

exigida pelo menos uma conexão com viário oficial. Uma das dificuldades para a regularização fundiária de Caruara é a inexistência de via oficial. Sra. Lígia sugeriu que o próprio licenciamento imponha medidas de proteção, o ordenamento deste trabalho. Sr. Alexandre concordou e citou exemplo de chácaras em Caruara, loteadas desde a década de 1930 que impactaram o ambiente, agora não, há estruturação e ordenamento. Sr. Alexandre encerrou a apresentação sobre a parte ambiental e agradeceu e Sra. Eliana explicou os procedimentos legais integrantes da minuta. Nada impede que a lei seja alterada/complementada face ao desenvolvimento desta região. É preciso observar legislações vigentes, regional e local, como Código de Trânsito Brasileiro, Plano Diretor de Desenvolvimento Físico, de 1968; Plano Diretor de Expansão Urbana, de 2011; Lei de Uso do Solo, de 2011; Legislações para Licenciamento Ambiental e outros. Integrar os bairros entre si, deles com outros municípios, com área insular, com segurança e conforto. Sr. Bandini sugeriu e considera essencial que seja prevista a segregação de diferentes cargas, já na concepção do projeto, no trânsito de cargas desta área. Sra. Eliana respondeu que esta minuta é conceitual, e que as especificações das vias e as funções que desempenharão, de acordo com o fluxo de veículos e sua utilização serão fornecidas pela Prefeitura em conjunto com a CET, conforme a implementação dos empreendimentos ocorra. Lembrou que a CET auxiliou na elaboração da minuta, e solicitou que o conselheiro e todos os interessados enviem suas sugestões à SEPLAN para facilitar a compreensão das propostas e a transformação das mesmas em texto legal. Avisou e convidou a todos a comparecerem no dia seguinte, 13 de setembro, às 19h, na Audiência Pública referente ao tema, que ocorrerá na Escola Total, localizada no Caruara. Como é um traçado conceitual poderão ser estabelecidas parcerias com o Estado e terceiros. O mapa será permanentemente atualizado. Nenhum empreendimento poderá se instalar sem atender as diretrizes do plano macroviário. A palestrante passará o link já disponível na internet à secretária que enviará aos conselheiros. Agradeceu e foi aplaudida. O presidente passou ao item seguinte da pauta, apresentação do Município Verde Azul. O Secretário Flávio explicou que a Prefeitura de Santos participa deste programa da Secretaria Estadual do Meio Ambiente desde o 1º ano e uma de suas formalidades é a apresentação ao COMDEMA. Constituído em 2007 com 1ª avaliação em 2008, na gestão do Chico Graziano, visa acelerar a agenda ambiental nos municípios. No 1º ano muitos municípios não aderiram, mas depois, houve interesse e competição, o que fez o programa evoluir bastante, e, praticamente todos participam hoje em dia. Mostrou as 10 diretivas do programa para as quais são atribuídas notas. O importante é que a nota seja maior que 80, a classificação não é tão importante. Mostrou as notas de Santos e a gradação de importância para o Estado. Esgoto, resíduos sólidos e educação ambiental são os itens de maior peso. Para cada item há a pró-atividade, no máximo de 2 pontos. Exemplificou com a diretiva sobre esgoto. Há uma fórmula calculada pela CETESB, que avalia o quanto a estação de tratamento melhora o esgoto entre sua entrada e saída, assunto discutido todos os anos, mas este ano farão antecipadamente, ao invés de entrar com recurso depois. A Secretaria do Estado solicitou que procurassem a gerência da CETESB. A diferença é que ela não considera a eficiência do tratamento. Enquanto que a SABESP detectou 40% de eficiência, com análise antes e depois do tratamento. Vão “brigar” com a CETESB para que sejam considerados e a nota aumente. Sr. Bandini perguntou se seria possível incluir a análise da balneabilidade, para todos os municípios. Sr. Flávio concordou com esta proposta e comentou que há uma evolução da legislação ambiental, que, por exemplo, exigiu prolongamento do emissário e, recentemente, tratamento. Outro item a ser discutido com a CETESB diz respeito aos resíduos sólidos. O aterro utilizado por Santos sempre teve nota superior a 95. Não atinge os 100 por proximidade a uma APP. Desde o ano passado baixaram 0,2, sendo que nada mudou e os outros municípios que também enviam para lá, continuam com os 0,2. Mostrou os critérios relativos ao Conselho, pelo qual sempre tiraram a nota máxima. Sr. Jaime perguntou sobre arborização e empreendimentos que retiram árvores. Sr. Flávio explicou que após comprovar o porquê da retirada, é preciso que compense com 5 árvores, na proximidade, após a obra ser concluída. Sr. Paulo/SMS perguntou sobre obras na Rua Amador Bueno. O Secretário explicou que são consideradas faixa, largura de passeio e espécie a ser plantada. Sr. Marco Aurélio explicou que houve mudança no critério de avaliação. Antes eram m²/habitante e agora m²/projeção de copa por habitante, seria necessário o plantio de 90 mil a 100 mil árvores na área insular. No intervalo de 2 anos, há 5 mil árvores a mais na cidade, mas ainda de pequeno porte, o que não é considerado. Haverá um índice de piloto de floresta urbana, que incentiva a implantação de arborização em ruas que não possuíam, como aconteceu no canal 7. A tendência é que este índice seja modificado. Sr. Flávio explicou que

existe um programa que identifica por foto aérea, por isso detecta as grandes copas. Está disponível no site da Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Sra. Marise explicou que a cada ano aumentam e/ou modificam os critérios. Sr. Flávio avisou que até dia 30 estão fazendo o plano de ação e após saírem as notas, em dezembro, sugeriu trazer o resultado ao Conselho. O presidente, no item 7, confirmou a continuidade da representação do Conselho na ODM pelo Sr. Jaime. O Secretário Flávio explicou o assunto da Audiência Pública no dia anterior, sobre a empresa SAIPEM, em frente à Ponta da Praia, que se instalará neste local para fazer serviços para a PETROBRAS, e instalará um duto de 380 km. Estão fazendo o licenciamento pela CETESB e Secretaria de Meio Ambiente do Guarujá. Mas, saiu na imprensa que o transporte da tubulação seria feito pelas balsas e, após reuniões, ficou determinado que não seria permitido por Santos, pois é área residencial. O prefeito de Santos chamou representantes da empresa que apresentaram outras soluções. A mais provável será a utilização por uma área portuária meio paralisada, com chegada pela avenida perimetral e por hidrovia, em barcaça até o Guarujá. Outro item é o material particulado por soldas, pintura e com certeza o licenciamento exigirá soluções, há tecnologia para tal. Outro item é o ruído da movimentação deste material, que também será exigido para que seja reduzido, o que será acompanhado pela Prefeitura. O presidente acrescentou que serão enviados a legislação, o regimento interno e cópia do decreto para os conselheiros por e-mail. Avisou que a próxima reunião será dia 03 de outubro às 9h e solicitou que todos os conselheiros empossados assinassem o Livro de Posse. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada. Para a lavratura da presente ata que lida e achada exata, vai assinada por mim, Sandra Cunha dos Santos e pelo presidente João Guedes Neto.

JOÃO GUEDES NETO
Presidente

SANDRA CUNHA DOS SANTOS
Secretária